



## Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

CNPJ/MF nº 09.387.725/0001-59

### 1. Sobre a Companhia

**1.1. Aos acionistas:** É com satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas., o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária do Rodoanel Oeste S/A (CCR Rodoanel), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhados do relatório dos auditores independentes. **1.2. Apresentação:** O Rodoanel marca a retomada do Programa de Concessões de São Paulo e representa uma das principais soluções para o tráfego na Região Metropolitana de São Paulo. Com o pagamento da outorga de R\$ 2 bilhões realizado em dois anos, o Estado de São Paulo teve recursos suficientes para concluir a construção do trecho sul do Rodoanel, que é um eixo de escoamento da produção agrícola e industrial para o Porto de Santos, bem como fluxo de veículos para o litoral paulista. A rodovia, conjugada ao trecho Sul, também é fundamental para desafogar o trânsito no sistema viário municipal da capital de São Paulo, a diminuição do número de caminhões nas marginais Tietê e Pinheiros e na Avenida dos Bandeirantes. O contrato de concessão tem o prazo de 30 anos, encerrando-se em 31 de maio de 2038, sendo que a cobrança de pedágio se iniciou em 17 de dezembro de 2008. A Companhia emprega de forma direta 476 pessoas. Atualmente, a Companhia gera empregos em toda a região de influência de suas rodovias, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 7 municípios no entorno das rodovias sob sua administração. A Companhia tem como acionistas a CCR (99,0391%) e a Encaiso Construções Ltda. (0,9609%). **1.3. Destaques do ano de 2017:** · Reabilitação do pavimento rígido com implantação de recapeamento asfáltico; · Liquidação da 3ª Emissão de Debêntures; · Liquidação da 5ª Emissão de Debêntures; · Captação da 6ª Emissão de Debêntures;

### 2. Desempenho Econômico-Financeiro

#### 2.1. Desempenho CCR RodoAnel

Em R\$ mil	2017	2016	Var. %
Receita líquida	296.840	244.873	21,22%
Receita de pedágio	264.516	246.181	7,45%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	54.099	18.491	192,57%
Outras receitas	1.245	1.677	-25,76%
(-) Deduções da receita bruta	23.020	21.476	7,19%
(-) Custos e despesas (a)	218.020	181.298	20,26%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	54.099	18.491	192,57%
Demais custos e despesas	163.921	162.807	0,68%
(-) Resultado financeiro líquido	191.258	292.206	-34,55%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	-38.198	-77.552	-0,5 p.p.
Prejuízo líquido	-74.240	-151.079	-50,86%
(+) Resultado financeiro	191.258	292.206	-34,55%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	-38.198	-77.552	-50,75%
EBIT	78.820	63.575	23,98%
Margem EBIT	26,55%	25,96%	0,6 p.p.
Margem EBIT ajustada (b)	32,47%	28,08%	4,4 p.p.
(+) Depreciação/amortização	23.021	22.464	2,48%
EBITDA	101.841	86.039	18,37%
Margem EBITDA	34,31%	35,14%	-0,8 p.p.
(+) Provisão de manutenção (c)	175	10.644	-98,36%
(+) Despesas antecipadas ao resultado (d)	73.578	73.578	0,0 p.p.
EBITDA ajustado	175.594	170.261	3,13%
Margem EBITDA ajustada (e)	72,34%	75,21%	-2,9 p.p.
Divida bruta	1.082.730	1.895.388	-42,88%
Investimentos	57.652	22.537	155,81%
Veículos equivalentes (em milhares)	136.013	133.928	1,56%

(a) Custos e despesas: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais. (b) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas líquidas sem considerar a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais. (c) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. (d) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. (e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais. **2.1.1. Receita operacional:** A receita de pedágio em 2017 totalizou R\$ 264.516 (+7,4% sobre 2016) e representou 99,5% do total da receita (sem receita de construção). O incremento das receitas de pedágio é, em parte, consequência da correção da tarifa média, que apresentou crescimento de 5,3%, e pelo aumento de tráfego, medido em termos de veículos equivalentes, que teve acréscimo de 1,9% em relação a 2016. **2.1.2. Custos e despesas totais:** Os custos totais apresentaram um acréscimo de 20,3% em relação a 2016, perfazendo R\$ 218.020 no ano de 2017. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo: · Os custos de construção atingiram R\$ 54.099. Os valores de investimentos da Companhia acompanham o Cronograma de Investimentos acordado com o Poder Concedente. Neste ano o principal investimento realizado foi a Reabilitação de Pavimento na Pista Interna e Externa. · A provisão de manutenção apresentou diminuição de 98,4% em relação ao ano de 2016, ano em que houve forte intervenção no pavimento. Durante o exercício de 2017, foram realizadas revisões das soluções e estimativas de custos com manutenção, envolvendo entre outros, a análise da periodicidade das obras de manutenção e sua conexão com o contrato de concessão, a estimativa dos custos a serem provisionados e a correspondente apuração do valor presente. · As despesas de depreciação e amortização somaram R\$ 23.021 no ano de 2017. O crescimento de 2,5% em relação ao ano anterior

decorre dos investimentos adicionais que entraram em operação, descrito na seção de investimentos. · O custo da outorga (que inclui a apropriação de despesas antecipadas) atingiu R\$ 77.571. · Em 2017 o custo de serviços totalizou R\$ 28.488 e 18.699 em 2016. O acréscimo ocorreu, principalmente, em virtude dos custos diretos relacionados à conservação especial da rodovia, tais como: conservação do pavimento, estabilização de terraplenos, conservação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), obras de arte correntes (drenagem), entre outros. · Os custos e despesas com pessoal atingiram R\$ 22.428 no ano de 2017, registrando uma diminuição de 1,9% em relação a 2016. · Os outros custos e despesas, tais como serviços públicos, alugueis, marketing, materiais, equipamentos e veículos foram de R\$ 6.400, um aumento de 12,5% em relação ao ano anterior. **2.1.3. Resultado financeiro:** No ano de 2017, o resultado financeiro foi negativo em R\$ 191.258 e representa uma melhora de 34,5% em relação ao resultado negativo de R\$ 292.206 apurado em 2016, reflexo principalmente da liquidação da 3ª e 5ª emissão de debêntures, resultando em um menor acúmulo de Juros sobre debêntures. **2.1.4. Prejuízo do Exercício:** Em 2017, o prejuízo líquido atingiu R\$ 74.240, apresentando um desempenho 51% melhor em relação a 2016. **2.1.5. Dívida:** Em 2017 a dívida bruta com debêntures alcançou R\$ 1.082.730, ante R\$ 1.895.388 em 2016, devido principalmente à liquidação da 3ª e 5ª emissão de debêntures. **2.1.6. Investimento:** No acumulado do ano de 2017, os investimentos somaram R\$ 57.652. Os investimentos, principalmente aqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para a melhoria da qualidade de vida e segurança da população lideira e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos realizados em 2017, destaca-se a reabilitação de pavimento na pista interna e externa e intervenções ao longo da rodovia, visando a segurança e a melhoria da fluidez na rodovia.

#### 3. Estratégia e Gestão

**3.1. Governança Corporativa:** Conselho de Administração: A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. Nosso Conselho de Administração é, atualmente, composto por 6 (seis) membros efetivos, dentre os quais 1 (um) é eleito Presidente e 1 (um) Vice-Presidente. De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada e composto por 8 (oito) membros efetivos, residentes no país, dentre os quais 1 (um) eleito Presidente e outro Vice-Presidente, eleitos pela Assembleia Geral de Acionista para um mandato de 1 (um) ano, admitido a reeleição, devendo os mesmos permanecerem nos cargos até a posse dos novos membros eleitos. Competirá à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva funcionará em forma colegiada, deliberando sempre por consenso entre seus integrantes. Na hipótese de não ocorrer o esperado consenso, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração. Os Diretores são responsáveis pelo dia-a-dia de nossa administração e são eleitos pelo nosso Conselho de Administração para um prazo de mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, nossa Diretoria é composta por 2 (dois) membros, sendo um deles Diretor Presidente e o outro Diretor Operacional, conforme Estatuto Social da Companhia. Maiores informações e detalhes sobre a atuação da Companhia no âmbito da governança corporativa podem ser encontrados em nosso site, por meio do endereço [www.rodoaneloeste.com.br/ri](http://www.rodoaneloeste.com.br/ri). **3.2. Gestão de Pessoas:** A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a Companhia desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Atualmente a Companhia emprega 476 de forma direta. Em 2017, foram investidos R\$ 31 mil em 94 programas de treinamento e capacitação de pessoas.

#### 4. Sustentabilidade

Desde sua criação, em 1999, a Companhia tem o objetivo de criar e compartilhar valor com os acionistas, a sociedade, os colaboradores e todos os seus outros públicos de relacionamento, considerando os impactos econômicos, sociais e ambientais de seus negócios. Por isso, incorpora continuamente as melhores práticas de governança e de gestão da sustentabilidade, de forma transversal, em todos os modais que administra. Atualmente, em seu site, a Companhia divulga o Relatório Anual e de Sustentabilidade (RAS), de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e do Conselho Internacional para o Relatório Integrado (IIRC), padrões internacionalmente reconhecidos para a prestação de contas do desempenho em sustentabilidade. As informações que atendem aos protocolos e diretrizes da GRI são verificadas por empresa externa, a partir de um processo que envolve a avaliação dos dados, dos processos e sistemas de gestão e das evidências apresentadas. Em 2017, o RAS passou a estar em conformidade com a GRI Standards, a mais atual norma global para a comunicação dos impactos e benefícios socioambientais dos negócios. Antes disso, em 2016, a Companhia conduziu um novo estudo de materialidade que permitiu (i) identificar os temas da sustentabilidade mais importantes para a tomada de decisão dos *stakeholders* e (ii) priorizar os temas com abordagem específica para os modais em operação. Na divulgação de seu desempenho, a Companhia, convidada para fazer parte do grupo de empresas *front-runners* do Relatório Integrado, busca evidenciar como sua estratégia de atuação gerar valor em seis diferentes tipos de capitais, propostos pelo IIRC: (i) financeiro; (ii) natural; (iii) humano; (iv) manufaturado; (v) intelectual; e (vi) social e de relacionamento. Dessa maneira, acionistas, organizações do setor financeiro, analistas de mercado e outros públicos têm acesso a informações mais completas e abrangentes

sobre os impactos positivos proporcionados pelo modelo de negócios. Além da prestação de contas, a atuação sustentável da Companhia é reforçada por meio da adesão a compromissos voluntários de âmbito global. A Companhia é signatária do Pacto Global desde 2011, responde voluntariamente aos questionários da plataforma Carbon Disclosure Project (CDP) e contempla, na definição de sua estratégia, as contribuições de seus negócios para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Primeira Companhia listada no segmento Novo Mercado da B3, em 2002, a Companhia atualmente compõe as carteiras do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), que reconhecem as organizações com melhor desempenho na gestão de aspectos econômicos e socioambientais. Desde 2014, o Instituto CCR é responsável por centralizar a gestão dos projetos e das iniciativas que contribuem para o desenvolvimento social, nos municípios de atuação das empresas controladas pela CCR. Os investimentos são realizados com recursos próprios e de incentivos fiscais (Lei Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte, Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundos Municipais do Idoso). Para conhecer os projetos desenvolvidos, acesse [www.institutoccr.com.br](http://www.institutoccr.com.br). A Companhia também possui parcerias estratégicas com organizações alinhadas aos seus valores e que contribuem para o desenvolvimento sustentável. Entre esses parceiros estão o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e a Childhood Brasil, que combate o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. **4.1. Gestão de Sustentabilidade:** A Companhia possui um programa estruturado com metas, recursos e responsáveis definidos para a gestão de aspectos ambientais. Este programa tem foco a melhoria contínua, baseada em abordagens preventivas de gestão ambiental, visando o uso ou consumo sustentável de recursos naturais renováveis no longo prazo. No ano de 2017 a Companhia manteve as certificações conquistadas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001, operando o SGI - Sistema de Gestão Integrado, que contempla as ações de Qualidade, Meio Ambiente, Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional. No que concerne a emissão de Gases do Efeito Estufa, em 2017 a Companhia atingiu suas metas e reduziu suas emissões absolutas e relativas diretas. · Principais projetos sociais desenvolvidos pela Companhia: A Companhia desenvolve e apoia diversos projetos junto a seus públicos de relacionamento. Os projetos que mais se destacaram em 2017 foram: Caminhos para a Cidadania, que leva educação no trânsito e meio ambiente para alunos do 4º e 5º anos da rede municipal de ensino. Também vale destacar o projeto teatral "A culpa é de quem?" que proporciona cultura e entretenimento às crianças carentes estimulando a reflexão sobre mundo digital. A Companhia contribuiu socialmente através da campanha de agasalhos que foram doados às entidades filantrópicas e às comunidades carentes existentes ao longo do trecho oeste do Rodoanel, por meio dos Fundos Sociais municipais. · Principais ações para redução do consumo de água, energia e geração de resíduos: Em 2017 foram realizadas ações para a redução do consumo de água, energia, combustível e geração de resíduos, com o objetivo de reduzir os impactos ambientais. Entre as ações implantadas, foi constituído um grupo de trabalho para definir as estratégias de comunicação para conscientização dos colaboradores, intensificando a necessidade da mudança de hábitos e comportamento em relação ao consumo consciente. A Companhia também investiu em equipamentos, como sistemas de captação de água da chuva, sistema de reaproveitamento de água, aquisição de Geofone para identificação de possíveis vazamentos, instalação de equipamento de controle de vazão em torneiros e caixas acopladas, troca de iluminação convencional para iluminação a LED, alteração na utilização de combustíveis optando para os menos poluentes e gestão de resíduos considerando a logística reversa e reciclagem. · Investimento em treinamentos e capacitações para os colaboradores: A Companhia trabalha ativamente de maneira a desenvolver seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2017, ocorreram diversos treinamentos destacando-se: SuperInteração/Gestão Participativa (disseminação aos colaboradores do Atendimento sobre as metas pactuadas para o ano e resultados do ano anterior), Workshop Gestão de Pessoas – O papel indelegável do Líder e Programa Aprimorando.

#### 5. Considerações Finais

**5.1. Agradecimentos:** Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia. **5.2. Auditores Independentes:** Informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, não foram contratados Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com Auditor Independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes. **5.3. Cláusula Compromissória:** O Grupo CCR está vinculado à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social. **5.4. Declaração da Diretoria:** Em observância às disposições constantes, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Barueri, 20 de fevereiro de 2018.  
A Administração.

Balancete patrimonial em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)							
Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.341	25.434	Debêntures	14	285.245	877.688
Aplicações financeiras	6	52.561	-	Fornecedores		7.721	6.961
Contas a receber	7	15.717	14.811	Impostos e contribuições a recolher		2.440	2.438
Contas a receber - partes relacionadas	10	13	13	Obrigações sociais e trabalhistas		2.801	2.727
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	73.578	73.578	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	10	164	160
Tributos a recuperar		735	935	Obrigações com o poder concedente		351	327
Despesas antecipadas		1.166	1.387	Outras contas a pagar		466	89
Adiantamentos a fornecedores		-	16	Total do passivo circulante		299.188	890.390
Total do ativo circulante		145.111	116.174	<b>Não circulante</b>			
<b>Não circulante</b>				Debêntures	14	797.485	1.017.700
Realizável a longo prazo				Impostos e contribuições a recolher		8.163	6.751
Depósitos judiciais		122	147	Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	15	198	138
Tributos a recuperar		15	15	AFAC - partes relacionadas	10	577.862	-
Tributos diferidos	8b	348.544	310.346	Provisão de manutenção	16	2.276	1.790
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	1.428.639	1.502.217	Mútuos com terceiros		90.790	-
Outros créditos		-	124	Mútuos - partes relacionadas	10	-	82.792
Mútuos - partes relacionadas	10	-	330.973	Total do passivo não circulante		1.476.774	1.109.171
Total do ativo não circulante		1.777.320	2.143.822	<b>Patrimônio líquido</b>			
Total do ativo		2.198.592	2.525.368	Capital social	17	1.040.700	1.040.700
		2.343.703	2.641.542	Prejuízos acumulados		(472.959)	(398.719)
				Patrimônio líquido		567.741	641.981
				Total do passivo e patrimônio líquido		2.343.703	2.641.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)			
	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2016</b>	917.700	(1.112.110)	(194.410)
Aumento de capital	123.000	-	123.000
Prejuízo do exercício	-	(151.079)	(151.079)
Absorção de Prejuízo	-	864.470	864.470
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	1.040.700	(398.719)	641.981
Prejuízo do exercício	-	(74.240)	(74.240)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	1.040.700	(472.959)	567.741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	2017	2016
<b>Receita operacional líquida</b>	18	296.840	244.873
<b>Custos dos serviços prestados</b>			
Custo de construção		(54.099)	(18.491)
Provisão de manutenção	16	(175)	(10.644)
Depreciação e amortização		(21.278)	(20.687)
Custo da outorga		(77.571)	(77.303)
Serviços		(25.062)	(15.122)
Custo com pessoal		(20.926)	(21.812)
Materiais, equipamentos e veículos		(4.965)	(4.213)
Outros		(3.472)	(3.589)
<b>Lucro bruto</b>		89.292	73.012
<b>Despesas operacionais</b>			
<b>Despesas gerais e administrativas</b>			
Despesa com pessoal		(1.502)	(1.046)
Serviços		(3.426)	(3.577)
Materiais, equipamentos e veículos		(873)	(935)
Depreciação e amortização		(1.743)	(1.777)
Energia elétrica		(1.612)	(1.485)
Contribuição Sindical Patronal		(347)	(346)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(526)	(510)
Outros		(833)	(209)
<b>Outros resultados operacionais</b>		390	448
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		78.820	63.575
Resultado financeiro	19	(191.258)	(292.206)
<b>Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		(112.438)	(228.631)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8a	38.198	77.552
<b>Prejuízo do exercício</b>		(74.240)	(151.079)
<b>Prejuízo por ação ordinária - R\$</b>		(0,0713)	(0,1560)
<b>Prejuízo por ação preferencial - R\$</b>		(0,0713)	(0,1560)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)**

	2017	2016
<b>Prejuízo do exercício</b>	(74.240)	(151.079)
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	(74.240)	(151.079)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.			
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)			
	2017	2016	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Prejuízo do exercício	(74.240)	(151.079)	
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(38.198)	(77.552)	
Apropriação de despesas antecipadas relacionadas a concessão	73.578	73.578	
Depreciação e amortização	23.021	22.464	
Baixa de ativo imobilizado	106	267	
Capitalização de custo de empréstimos	(5.201)	(3.650)	
Juros e variação monetária sobre debêntures	178.087	293.158	
Constituição e reversão da provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	379	187	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(29)	
Constituição de provisão de manutenção	175	10.644	
Ajustes a valor presente da provisão de manutenção	311	609	
Juros e variação monetária sobre mútuos com partes relacionadas	(7.725)	3.379	
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(1)	-	
<b>Variações nos ativos e passivos (Aumento) redução dos ativos</b>			
Contas a receber	(906)	(13.531)	
Contas a receber - partes relacionadas	-	14.574	
Tributos a recuperar	200	(75)	
Despesas antecipadas e outras	370	(318)	
Adiantamento a fornecedores	16	-	
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>			
Fornecedores	761	738	
Fornecedores - partes relacionadas	6.999	(7.395)	
Obrigações sociais e trabalhistas	74	50	
Impostos e contribuições a recolher e provisão imposto de renda e contribuição social	1.414	7.532	
Obrigações com o poder concedente	24	5	
Pagamentos de provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	(319)	(718)	
Realização da provisão de manutenção	-	(14.578)	
Outras contas a pagar	377	7	
Cessão onerosa - recebimento	344.562	-	
Mútuos com terceiros	(4.839)	-	
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>499.025</b>	<b>158.267</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisição de ativo imobilizado	(3.547)	(4.046)	
Adições ao ativo intangível	(54.105)	(18.491)	
Aplicações financeiras	(52.561)	-	
Mútuos com partes relacionadas	-	46.465	
Recebimento	-	23.928	
<b>Caixa proveniente das atividades de investimento</b>	<b>(110.213)</b>	<b>23.928</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Debêntures			
Captações	796.829	734.914	
Pagamentos de principal	(1.585.000)	(750.000)	
Pagamentos de juros	(202.574)	(288.213)	
Mútuos com partes relacionadas			
Captações	7.000	-	
Pagamentos de principal	(7.022)	-	
AFAC - partes relacionadas	577.862	-	
Integralização de capital	-	123.000	
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamento</b>	<b>(412.905)</b>	<b>(180.299)</b>	
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(24.093)</b>	<b>1.896</b>	
<b>Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do exercício	25.434	23.538	
No final do exercício	1.341	25.434	
	<b>(24.093)</b>	<b>1.896</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

##### 1. Contexto Operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede da Companhia está localizada na Avenida Marcos Pentead de Ulhoa Rodrigues, 690 – sala 11 – 1º andar, bairro Tamboré na cidade de Barueri, Estado de São Paulo. A Companhia, sob o regime de concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do trecho Oeste do Rodoanel Mário Covas, tendo início no km 0+000 na Av. Raimundo Pereira de Magalhães (Km 24 da Estrada Velha de Campinas - SP 322) e terminando na altura do Km 278+800 da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), incluindo o dispositivo de interseção com a Rodovia Régis Bittencourt, correspondente ao Lote 24 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, tem por objeto a exploração do Sistema Rodoviário que compreende: a) Execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados; b) Apoio na execução dos serviços não delegados; c) Gestão dos serviços complementares, na forma do Regulamento da Concessão, compreendendo execução, gestão e fiscalização. O prazo da concessão é de 30 (trinta) anos, contados da data da transferência de controle do sistema existente, ou seja, 1º de junho de 2008, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no Contrato de Concessão nº 001/ARTESP/2008. A Concessionária iniciou suas operações em 17 de dezembro de 2008. A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão: **Ampliações e melhoramentos:** • Implantação de Faixas Adicionais entre a Rodovia Castello Branco e a Rodovia Raposo Tavares; • Implantação de Vias Marginais entre o dispositivo da Padroeira e a Rodovia Raposo Tavares; • Implantação de seis passarelas para pedestres; • Melhorias nos dispositivos de entroncamento da Padroeira e da Rodovia Castello Branco; • Construção de viaduto - Passagem Superior da estrada velha de Cotia; • Implantação de Barreiras Acústicas em determinados trechos da Rodovia; • Sistema de Monitoração de Tráfego, incluindo CFTV e analisadores de Tráfego; • Sistema de Telecomunicações, incluindo Telefones de Emergência e Painéis de Mensagem Variável; • Sistema de Arrecadação, incluindo a implantação de praças de pedágio; e • Sistema de Controle de Fiscalização, incluindo a implantação de postos de pesagem. **Bens reversíveis:** No final do período de concessão da rodovia, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. A concessionária terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão. **Outras informações relevantes:** i. **Ação Popular - Lei Estadual nº 2.481/53 que limita instalações de pedágio no raio de 35 km do marco zero da Capital de São Paulo:** Trata-se de ação popular proposta por único autor, Cesar Augusto Coelho Nogueira Machado, em face do Estado de São Paulo, da ARTESP e dos acionistas do Rodoanel Oeste, CCR e Encalco Construções Ltda., com pedido de anulação das cláusulas do contrato de concessão, protocolada em 15 de dezembro de 2008. Em 08 de janeiro de 2009, foi deferida liminar determinando a paralisação da cobrança de pedágio, tendo a companhia recebido e acatado determinação da Agência Reguladora neste sentido, por não ser parte da ação. Em 09 de janeiro de 2009, em virtude de Suspensão de Liminar apresentada pelo Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça suspendeu tal decisão, restabelecendo a cobrança de pedágio até trânsito em julgado do processo. A ação foi julgada procedente. O Governo de São Paulo/Fazenda do Estado de São Paulo e a ARTESP interuseram recurso perante o Tribunal de Justiça de São Paulo inclusive contra a aplicação imediata da sentença, tendo em vista a anterior decisão do Tribunal de Justiça, que suspendeu os efeitos até o trânsito em julgado da ação, o que foi deferido. O recurso de apelação do Estado de São Paulo foi provido para anular o processo desde a citação, a fim de que o autor emende a petição inicial. A CCR e a Encalco interuseram embargos de declaração, que foram rejeitados. Em 16 de fevereiro de 2012 foram interpostos recursos excepcionais ao STJ e STF, os quais tiveram o seguimento negado. Contra estas decisões foram apresentados agravos em janeiro de 2015. Neste momento, aguarda-se o julgamento destes agravos denegatórios de seguimento de recursos especial e extraordinário. ii. **Reajuste Tarifário de 2013:** Reajuste de 2013: O Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGPM (Fundação Getúlio Vargas) e definir várias medidas de compensação da sua não cobrança dos usuários, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% sobre a receita bruta, previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas as seguintes medidas: (i) o secretário estadual de logística e transportes editou a Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013 e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável. Ocorre que, as medidas estabelecidas pela ARTESP não foram suficientes para compensar integralmente o desequilíbrio econômico-financeiro que a Concessionária suporta pelo não repasse, aos usuários, do reajuste tarifário definido em 2013. Por essa razão, o Rodoanel Oeste, em 18 de maio de 2017, propôs Ação de Procedimento Ordinário nº 1019383-89.2017.8.26.0053 contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão em razão da ausência de reajuste da tarifa de pedágio em 2013 e parcial em 2014. A ação encontra-se em fase de instrução. iii. **Reajuste Tarifário de 2014:** A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste

em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável). Em 1º de julho de 2014, a Concessionária propôs Ação de Procedimento Ordinário nº 1026963-78.2014.8.26.0053, visando a aplicação do índice previsto no respectivo Contrato de Concessão às tarifas de pedágio. No caso do Rodoanel, o índice não contratual foi superior ao contratual. Todavia, pela irregularidade, a Companhia requereu o índice correto. Em 03 de março de 2015 foi publicada sentença julgando procedente a ação. Em 09 de março de 2015, foram opostos embargos de declaração pelo Rodoanel, pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Após julgamento dos embargos de declaração, a ARTESP e o Estado de São Paulo interuseram recursos de apelação. O julgamento dos recursos de apelação do Estado de SP/ARTESP ocorreu em 26 de janeiro de 2016, tendo o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) negado provimento aos recursos. Em julho de 2016, foram inadmitidos os recursos interpostos pelo Estado de São Paulo e pela ARTESP aos tribunais superiores. Em 1º de agosto de 2016, o Estado de São Paulo e a ARTESP interuseram agravos em recurso especial e recurso extraordinário, que aguardam julgamento. Os efeitos da sentença estão suspensos devido a suspensão de liminar deferida pelo Presidente do TJSP em 13 de agosto de 2014. Os acionistas e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis ao contrato de concessão e mantêm a expectativa de que é possível um desfecho favorável para todos os casos.

##### 2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **a) Receitas de serviços:** As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários da rodovia. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. **Receitas de construção:** Segundo a ICPD 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **b) Instrumentos financeiros:** • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. • Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças neste são reconhecidas no resultado do exercício. • Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. • Capital social: **Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **Ações preferenciais:** As ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido caso sejam não resgatáveis, ou somente resgatáveis à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a dividendo de 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. **d) Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. **e) Ativo imobilizado:** Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esse possa operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são

reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. • Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica limitada ao prazo de concessão. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **f) Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com o tempo esperado de geração de benefício econômico estimado. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 12. • Direito de exploração de infraestrutura - vide no item "o". **g) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):** • Ativos financeiros: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo pode ser determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **h) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **i) Provisão de manutenção - contratos de concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. **j) Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias ou cambiais positivas sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **k) Benefícios a empregados:** • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **l) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionado a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração. **m) Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido

continuação

**CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.**

atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

**n) Direito da concessão:** Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 24) com base nos termos contratuais, sob o entendimento do contrato de concessão da Companhia ser contrato executório. A Administração da Companhia avalia que estes contratos de concessão podem ser encerrados sem custos relevantes que não sejam indenizados.

**o) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários da rodovia pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

**p) Novas Normas e Interpretações ainda não efetivos:** A Companhia é obrigado a adotar o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e o CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada destas normas. Até o momento não se identificou impactos materiais que possam afetar as reservas ou lucros acumulados, mas possivelmente ocorrerão impactos em termos de novas divulgações e formas de apresentação, que estão em fase de maior detalhamento. O impacto estimado da adoção dessas normas sobre o patrimônio da Companhia em 1º de janeiro de 2018, baseia-se em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações financeiras. Os impactos reais da adoção das normas em 1º de janeiro de 2018, podem ser diferentes, pois as novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial. Uma avaliação mais detalhada do impacto esperado decorrente destas normas está resumida abaixo.

**IFRS 15/CPC 47 - Receitas de contratos com clientes:** A IFRS 15/CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30/IAS 18 - Receitas, CPC 17/IAS 11 - Contratos de Construção e a CPC 30/IFRIC 13 - Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15/CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Com base em sua avaliação, a Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas (CPC 30/IAS 18 e CPC 17/IAS 11), em relação ao reconhecimento da receita dos serviços aos usuários de seus projetos de concessão de infraestrutura de transportes, bem como no reconhecimento das receitas de construção, conforme requerido pelo ICPC 01/IFRIC 12, já reconhecidas hoje de forma desagregada. Contudo espera-se que as notas explicativas às Demonstrações Financeiras venham a ser ampliadas. A Companhia planeja adotar a IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos da IFRS 15/CPC 47, referentes ao período comparativo apresentado.

**IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** O CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. • Classificação - Ativos Financeiros: O CPC 48/IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber e empréstimos. • Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais. A IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de ativos contratuais. De acordo com o CPC 48/IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: - Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo. Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo sobre seus ativos financeiros. • Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras: A Companhia considera que o seu caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras têm baixo risco de crédito com base nas avaliações de crédito externas das contrapartes e, portanto, não espera reconhecimentos materiais de impairment na adoção do CPC 48/IFRS 9 neste quesito. • Classificação - Passivos Financeiros: O CPC 48/IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48/IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma: - O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentados em ORA; e - O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado. A avaliação preliminar da Companhia não indicou impacto material na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018. • Contabilidade de hedge: Na aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9, a Companhia pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de hedge do CPC 38/IAS 39 em vez dos novos requerimentos do CPC 48/IFRS 9. A Companhia optou por aplicar os novos requerimentos do CPC 48/IFRS 9. O CPC 48/IFRS 9 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia e que este, aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. O CPC 48/IFRS 9 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de hedge e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de hedge. De acordo com o novo modelo, é possível que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um hedge de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não-financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de hedge. Atualmente, a Companhia não realiza hedge de tais componentes de risco. De acordo com a IFRS 9, para hedges de fluxo de caixa para o risco de moeda estrangeira associados a compras previstas de ativos não-financeiros, os valores acumulados na reserva de hedge de fluxo de caixa e na reserva de custo de hedge serão incluídos diretamente no custo inicial do ativo não-financeiro, quando este for reconhecido. Prática que já é realizada pela Companhia. Os tipos de relações de contabilidade de hedge que a Companhia atualmente designa atendem aos requerimentos do CPC 48/IFRS 9 e estão alinhados com a estratégia e objetivo de gerenciamento de risco da entidade. • Divulgações e Transição: A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir: - A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018. - Os novos requerimentos de contabilidade de hedge devem ser aplicados prospectivamente. **IFRS 16 Leases (Arrendamentos):** A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. É efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019, data em que ocorrerá sua adoção por parte da Companhia. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. O impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial será concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como será substituída a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. Não é esperado impacto significativo para os arrendamentos financeiros da Companhia, que na data destas Demonstrações Financeiras são imateriais e, portanto, não divulgados em nota explicativa. Conseqüentemente, não se espera que a adoção da IFRS 16 afete nossa capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de alavancagem em empréstimos, financiamentos e debêntures. Entretanto, o impacto dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento. A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento. **Outras alterações:** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. - Ciclo de melhorias anuais

para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28; - ICPC 21/IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento. Com relação à IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda, análise mais aprofundada será necessária para identificação de seus impactos, com data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019.

**3. Apresentação das demonstrações financeiras**

**Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 20 de fevereiro de 2018, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. • Passivos para pagamentos com base em ações, liquidados em dinheiro, mensurados ao valor justo. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

**Nota**

2o Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC 01 (R1)

8b Impostos diferidos

12 Amortização dos ativos intangíveis

15 Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários

16 Provisão de manutenção

20 Instrumentos financeiros

**4. Determinação dos valores justos**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Investimentos em títulos financeiros: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

**5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber e junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI relativo às debêntures; e IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nos 6, 14, 20 e 21. As tarifas de pedágio são reajustadas por índices de inflação. **c) Risco de taxa de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Com a finalidade de se proteger dos valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. **d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	285.963	32.001	124.000	168.000	476.000
Fornecedores e outras contas a pagar	8.187				
Fornecedores - partes relacionadas	164				
Partes Relacionadas - AFAC		577.862			
Obrigações com o poder concedente	351				
(a) Valores brutos dos custos de transação.					

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 154.077, substancialmente composto por debêntures a pagar, conforme mencionado na nota explicativa nº 14. Essas dívidas são formadas por captações aplicadas em projetos já realizados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

**6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

	2017	2016
Caixa e bancos	1.341	1.068
Aplicações financeiras	-	24.366
Fundos de investimentos	1.341	25.434
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Aplicações financeiras	52.561	-
Fundos de investimentos	52.561	-

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,32% do CDI, equivalente a 9,83% ao ano (13,78% ao ano em 31 de dezembro de 2016).

**7. Contas a receber**

	2017	2016
Pedágio eletrônico (a)	15.687	14.769
Receitas acessórias (b)	51	63
	<b>15.738</b>	<b>14.832</b>
	(21)	(21)
	<b>15.717</b>	<b>14.811</b>

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)

	2017	2016
Idade de vencimento dos títulos:		
Créditos a vencer	15.714	14.800
Créditos vencidos até 60 dias	3	11
Créditos vencidos há mais de 180 dias	21	21
	<b>15.738</b>	<b>14.832</b>

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; e (c) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

**8. Imposto de renda e contribuição social**

**a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos:** A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2017	2016
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(112.438)	(228.631)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	38.229	77.735
Despesas indedutíveis	(86)	(176)
Outros ajustes tributários	55	(7)
	(31)	(183)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	38.198	77.552
Alíquota efetiva de impostos	34%	34%

**b. Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2017	2016
<b>Bases ativas</b>		<b>(Reclassificado) (*)</b>
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	370.879	334.832
Constituição da provisão de manutenção	773	608
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	7.104	7.721
Provisão para participação nos resultados (PLR)	207	204
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19	24
Provisão para riscos trabalhistas	67	47
	<b>379.049</b>	<b>343.436</b>
<b>Bases passivas</b>		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(30.505)	(33.090)
	<b>(30.505)</b>	<b>(33.090)</b>
<b>Ativo diferido líquido</b>	<b>348.544</b>	<b>310.346</b>

(\*) Reclassificação da abertura entre linhas para melhor apresentação. (a) A Companhia estima recuperar os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social a partir do exercício de 2019. A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo inferior ao acima estimado, em função de reorganizações de estrutura de capital. (b) Saldo de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

continua



2017		2016	
Valor justo através do resultado	Empres- timos e Passivo financeiro- custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empres- timos e Passivo financeiro- custo amortizado
<b>Passivos</b>			
Debêntures (a)	-	(1.082.730)	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	(98.977)	-
Fornecedores - partes relacionadas	-	(164)	-
Partes Relacionadas - AFAC	-	(577.862)	-
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(82.792)
Obrigações com o poder concedente	-	(351)	-
	52.561	15.730	(1.760.084)
	24.366	345.797	(1.985.717)
(a) Valores líquidos dos custos de transação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • <b>Aplicações financeiras</b> - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo poderia ser considerado como "semelhante" ao valor contábil, uma vez que o risco de crédito das contrapartes (instituições financeiras de primeira linha) e não produziram diferenças significativas entre ambos. • <b>Contas a receber de clientes, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar</b> - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. • <b>Obrigações com o poder concedente</b> - Considera-se o valor contábil desse financiamento equivalente ao valor justo, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundo de fonte de financiamento específico. • <b>Debêntures mensurados ao custo amortizado</b> - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:			
2017		2016	
Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
1.085.964	1.149.065	1.907.958	1.972.844
(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", abaixo. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos <i>spreads</i> contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). <b>Hierarquia de valor justo:</b> A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:			
2017		2016	
Aplicações financeiras	52.561	24.366	
Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: <i>inputs</i> , diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ( <i>inputs</i> não observáveis). <b>Análise de sensibilidade:</b> As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.			
<b>Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros</b>			
Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicação financeira com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2018 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.			
		<b>Efeito em R\$ no resultado</b>	
<b>Operação</b>	<b>Risco</b>	<b>Vencimentos até</b>	<b>Exposição em R\$ (a)</b>
Debêntures - 4ª Emissão	Aumento do CDI	Maio de 2018	278.043
Debêntures - 6ª Emissão	Aumento do CDI	Abril de 2024	807.921
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (b)		52.539
Efeito líquido			3.595
			4.493
			5.391
			(69.652)
			(87.149)
			(104.677)
<b>As taxas de juros consideradas foram (1):</b>			
			CDI (2)
			6,89%
			8,61%
			10,34%

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.** Barueri - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequação, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **a) Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão:** Conforme mencionado na nota explicativa 2(g), a Companhia avaliou a existência de indicador de redução ao valor recuperável e para o cálculo do valor recuperável utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado com base em projeções econômico-financeiras, que é baseado no orçamento aprovado pela Companhia, na data da avaliação até à data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletem os riscos específicos relacionados à Companhia. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos caixa futuros e suas premissas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, como a estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos, bem como à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia para determinação dessa estimativa contábil, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Realizamos o entendimento do desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável disponibilizadas pela Companhia. Avaliamos a adequação das metodologias e premissas utilizadas pela Companhia para determinar a existência de indicadores de que os ativos não financeiros relacionados à concessão possam ter indícios de desvalorização. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia comparamos as premissas utilizadas com os dados disponíveis no mercado e efetuamos análise de sensibilidade no que tange às premissas e metodologia utilizadas. Adicionalmente, consideramos também a adequação e a conformidade das divulgações nas demonstrações financeiras, em especial as relativas às premissas e julgamentos utilizados no teste do valor recuperável de seus ativos. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que é aceitável o valor dos ativos não financeiros relacionados às concessões no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto. **b) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:** A Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados. Tais saldos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais acumulados possam ser realizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios. Consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria, devido às incertezas e alto grau de julgamento inerente ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros que se baseia em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactadas pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, a evolução demográfica, volume de tráfego, entre outras. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Avaliamos a adequação das metodologias e premissas utilizadas pela Companhia na projeção dos lucros tributáveis futuros suficiente para a realização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, efetuamos o recálculo matemático das projeções, avaliamos a razoabilidade das principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia na projeção de lucros tributáveis futuros comparamos as premissas utilizadas com os dados disponíveis no mercado e efetuamos análise de sensibilidade no que tange às premissas e metodologia utilizadas. Consideramos também a adequação das divulgações nas notas explicativas nº 2(n) e 8, em especial em relação ao prazo estimado para utilização do crédito tributário registrado decorrente de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e quanto aos montantes de crédito tributário não registrados. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o valor do imposto de renda e contribuição social diferidos no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto. **c) Contingências passivas:** Conforme notas explicativas nº 13 e 18 a Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. Algumas leis e regulamentos no Brasil possuem grau de complexidade elevado, e portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativos aos processos, requer julgamento profissional da Companhia. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às contingências passivas, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Avaliamos a suficiência das provisões para contingências reconhecidas e dos valores das contingências divulgadas, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados na metodologia de mensuração da Companhia, considerando ainda a avaliação dos seus assessores jurídicos internos e externos, bem como efetuamos o envio de cartas de circularização aos advogados externos na data-base de 31 de dezembro de 2017 e realizamos o cruzamento entre os relatórios de contingências e as respostas das cartas de circularização. Efetuamos uma comparação entre a

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo: No item (2) a abaixo, está detalhada a premissa para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Refere-se à taxa de 29/12/2016, divulgada pela CETIP. (3) Saldo Líquido. O conceito aplicado para o Caixa é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto no caixa, há um aumento da receita financeira; e (4) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2017, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores. **21. Compromissos vinculados a contratos de concessão a. Compromisso com o Poder Concedente: Decorrente do direito de outorga variável:** Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou de 1,5% sobre receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente. O saldo de outorga variável a pagar em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 351 (R\$ 327 em 31 de dezembro de 2016). No decorrer do exercício de 2017, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 3.969 referente ao direito de outorga variável (R\$ 3.720 no exercício de 2016). **b. Compromissos vinculados à concessão** Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 31 de dezembro de 2017 esses compromissos estavam estimados em R\$ 488.643 (R\$ 426.076 em 31 de dezembro de 2016). Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

### 22. Demonstração dos fluxos de caixa

a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2017	2016
Mútuos com terceiros	(95.629)	-
Impostos, contribuições a recolher e provisão de imposto de renda e contribuição social	-	75.042
<b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>(95.629)</b>	<b>75.042</b>
Absorção de Prejuízo	-	(864.470)
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>-</b>	<b>(864.470)</b>
Mútuos com partes relacionadas (Pagamentos)	95.629	789.428
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento</b>	<b>95.629</b>	<b>789.428</b>

b. A companhia classifica os juros pagos como atividades de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

### c. Reconciliação das Atividades de Financiamento

	Mútuos com par- AFAC - partes			
	Debêntures	tes relacionadas	relacionadas	Total
Saldo Inicial	(1.895.388)	(82.792)	-	(1.978.180)
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>				
Captações (líquidas dos custos de transação)	(796.829)	(7.000)	-	(803.829)
Pagamentos de principal e juros	1.787.574	7.022	(577.862)	1.216.734
Mútuos com terceiros	-	-	-	-
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>990.745</b>	<b>22</b>	<b>(577.862)</b>	<b>412.905</b>
<b>Outras variações</b>				
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(178.087)	(5.864)	-	(183.951)
Outras variações que não afetam caixa	-	88.634	-	88.634
<b>Total das outras variações</b>	<b>(178.087)</b>	<b>82.770</b>	<b>-</b>	<b>(95.317)</b>
Saldo Final	(1.082.730)	-	(577.862)	(1.660.592)

### Composição do Conselho de Administração

**Italo Roppa** - Presidente do Conselho  
**Fábio Russo Corrêa** - Vice-Presidente do Conselho  
**Rodrigo Siqueira Abdala** - Conselheiro  
**Christiano Aquiles Gramlich das Neves** - Conselheiro

### Composição da Diretoria

**Paulo Cesar de Souza Rangel** - Diretor Presidente  
**Marcelo Bandeira Ferreira Boaventura** - Diretor

### Contador

**Hélio Aurélio da Silva** - CRC 1SP129452/O-3

nossa avaliação de probabilidade de êxito das principais teses fiscais e a da Companhia. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras fornecem informações sobre a natureza, exposição, valores provisionados ou divulgados relativos a principais contingências que a Companhia está envolvida. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração das provisões e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto. **Ênfase:** Chamamos a atenção para o descrito na nota explicativa nº1, que menciona a ação popular protocolada em 15 de dezembro de 2008 que pleiteia a anulação do contrato de concessão de operação do Rodoanel Mário Covas, objeto operacional da Companhia. A ação foi julgada procedente em primeira instância e, posteriormente, suspensa com liminar até o trânsito em julgado para conclusão da referida ação. Visando anular o processo desde a citação inicial a ação se encontra em fase de recurso a fim de que o autor emende a petição inicial, o qual aguarda processamento desse recurso de agravo. Os assessores jurídicos da Companhia estimam que um desfecho favorável da causa à Companhia é possível. Nossa conclusão não está modificada em virtude deste assunto. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas comparativas da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (Companhia) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 3 de março de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino  
Contador CRC 1SP196907/O-7